



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ANGICOS

ICP nº 023/2011

Assunto: DEFICIÊNCIA NO TRANSPORTE DE PACIENTES POR FALTA DE AMBULÂNCIA NO HOSPITAL REGIONAL DE ANGICOS

RECOMENDAÇÃO Nº006/2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Angicos, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e pelo artigo 69, parágrafo único, alínea “d”, da Lei Complementar Estadual nº 141/96 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e ainda,

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público garantir o respeito aos direitos fundamentais assegurados na legislação, além de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa dos interesses difusos e coletivos atinentes à saúde;

CONSIDERANDO que, constantemente, verificamos na rede estadual de saúde a insuficiência de recursos necessários para suprir as necessidades dos Hospitais públicos, falta esta que abrange medicamentos, recursos humanos e até mesmo transporte intra-hospitalar para pacientes;

CONSIDERANDO que uma das razões para a insuficiência de AMBULÂNCIAS na rede estadual de saúde pode ser a falta de uma política administrativa clara e eficiente no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, visto que foram abertos 2 (dois) processos para o mesmo objeto, sendo que o primeiro deles, de número 259900/2009-1, foi arquivado, após tramitar por 02 anos e três meses, tendo-se que iniciar um outro processo, de número 251712/2011-6, para compra dos referidos veículos (este último aberto desde 08/11/2011, portanto há 06 meses) o qual já deveria ter sido concluído;

CONSIDERANDO que fere o bom senso e os princípios da moralidade, da economia e da eficiência da Administração Pública a existência de processos que sejam cancelados, sendo aberto outro com mesma finalidade, e que ambos tenham tramitação excessivamente demorada;

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil nº 23/2011 instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça visa apurar dentre outras irregularidades detectadas, a deficiência no transporte de pacientes por falta de ambulância no Hospital Regional de Angicos, de gestão estadual;

CONSIDERANDO que os serviços públicos e privados de atendimento hospitalar de urgência e emergência, regulados através da Portaria MS/GM – 2.048/2002, abrangem o transporte intra-hospitalar, havendo a necessidade de integrar estes serviços à lógica dos sistemas de urgência, com regulação médica e presença de equipe de saúde qualificada para as especificidades deste atendimento, com obrigatoriedade da presença do médico nos casos que necessitem suporte avançado à vida;

CONSIDERANDO que foi juntado aos autos do Inquérito Civil supra, em 16.maio.2012, o depoimento da Técnica de Enfermagem, a Sr^a Ana Maria de Macedo Silva, que informou *“falta ambulância no Hospital Regional de Angicos, que nós profissionais de saúde estamos ficando angustiados e abalados com os pacientes vindo a falecer por essa omissão [...] e que o descaso com a situação é muito grande”*;

CONSIDERANDO que o transporte intra-hospitalar refere-se à transferência de pacientes entre unidades não hospitalares ou hospitalares de atendimento às urgências e emergências, unidades de diagnóstico, terapêutica ou outras unidades de saúde que funcionem como bases de estabilização para pacientes graves, de caráter público ou privado e que este deve ser provido pela gestão pública de saúde;

CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria 2.048/2002, do Ministério da Saúde, a qual dispõe, no parágrafo primeiro do artigo 2º, que *“As Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal devem estabelecer um planejamento de distribuição regional dos Serviços, em todas as modalidades assistenciais, de maneira a constituir o Plano Estadual de Atendimento às Urgências e Emergências conforme estabelecido no Capítulo I do Regulamento Técnico desta Portaria e adotar as providências necessárias à organização/habilitação e cadastramento dos serviços que integrarão o Sistema Estadual de Urgência e Emergência”*;

CONSIDERANDO ainda o disposto na referida Portaria, no Capítulo 3, item 2, subitem 2.7 – acerca da Estruturação da Grade de Referência: *“As Unidades Não-Hospitalares de Atendimento às Urgências e Emergências devem possuir retaguarda de maior complexidade previamente pactuada, com fluxo e mecanismos de transferência claros, mediados pela Central de Regulação, a fim de garantir o encaminhamento dos casos que extrapolem sua complexidade. Além disso, devem garantir transporte para os casos mais graves, através do serviço de atendimento pré-hospitalar móvel, onde ele existir, ou outra forma de transporte que venha a ser pactuada”*

CONSIDERANDO a recomendação conjunta nº 021/2010, de 26 de maio, oriunda da 47ª e 30ª Promotorias de Justiça da Comarca de Natal – Defesa da Saúde Pública e da Pessoa Idosa, nos autos do IC nº 006/10-PROSUS, relativa à compra de ambulâncias para a rede pública estadual;

CONSIDERANDO que a falta de ambulância no Hospital Regional fere o disposto na Resolução do Conselho Federal de Medicina-CFM, nº 1451/95, a qual estabelece em seu Artigo 1º: *“Os estabelecimentos de Prontos Socorros Públicos e Privados deverão ser estruturados para prestar atendimento a situações de urgência-emergência, devendo garantir todas as manobras de sustentação da vida e com condições de dar continuidade à assistência no local ou em outro nível de atendimento referenciado.”*

CONSIDERANDO que todas estas constatações são fruto de uma gestão

deficitária que causa prejuízos coletivos à comunidade, que diariamente sofre consequências irreparáveis devido à falta de serviços eficientes.

RECOMENDA:

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Sr^a ROSALBA CIARLINI e a SECRETÁRIA INTERINA ESTADUAL DE SAÚDE, Sr^a MARIA DAS DORES BURLAMAQUI que, atendidos os preceitos da publicidade, da moralidade e da legalidade e especialmente as determinações da Portaria GM/MS nº 2048, de 5 de novembro de 2002:

1. Providenciem, de forma imediata, uma ambulância para o Hospital Regional de Angicos, enquanto realizado o conserto da ambulância do hospital que se encontra quebrada;
2. Providenciem, no prazo de até 15 dias, o devido conserto para a ambulância atualmente disponibilizada para o referido hospital;
3. Garantam, sem solução de continuidade, o transporte de pacientes atendidos no Hospital Regional de Angicos, apresentando o fluxo e mecanismos de transferência claros, mediados pela Central de Regulação Estadual, a fim de garantir o encaminhamento dos casos que extrapolem a complexidade daquele hospital.

AO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE

que:

- 1) Proceda a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas na legislação Sanitária e Resoluções do CFM, especialmente quanto a garantia de todas as manobras de sustentação da vida.

Para tanto, concedo o prazo de 10 dias para prestação das informações quanto às providências adotadas.

O não cumprimento da medida recomendada importará na adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Publique-se esta Recomendação do Diário Oficial do Estado.

Encaminhe-se cópia da presente para o CAOP Cidadania e para a Direção do Hospital Regional de Angicos.

Angicos/RN, 25 de maio de 2012.

Iveluska Alves Xavier da Costa Lemos

Promotora de Justiça